



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00011/2022

EDITAL

A presente licitação será regida pela Lei nº 8.666 de 21.06.93.

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Aguiar-PB, designado pela Portaria nº 001/2022 de 03 de janeiro de 2022, vem pelo presente processo convidar V. S^a. À apresentar cotação de preço no formulário padronizado de proposta, anexo, ou modelo próprio, a fim de participar da licitação, tipo menor preço por item, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações, e as condições deste Edital, a realizar-se na sala da Comissão, situada na rua Irineu Lacerda, s/nº, centro, Aguiar – PB, cuja abertura será no dia **01 de março de 2022 às 14:00 (catorze) horas no endereço acima**. Para credenciamento, recebimento dos envelopes de habilitação e propostas de preços, podendo ser abertos ou não no mesmo dia os envelopes de habilitação e propostas de preços, ficando a critério da comissão de licitação, como também poderá ser prorrogado por mais quinze minutos.

1 – DA ABERTURA

Local: Prefeitura Municipal de Aguiar

Rua Irineu Lacerda, s/nº - Centro

Horário: 14:00

Data: 01 de março de 2022

1.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o dia e horário conforme publicação.

2. – OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa ou profissionais para as diversas Secretarias, a medida de suas necessidades, conforme especificações no anexo ao edital:

3.- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Somente poderão participar da presente TOMADA DE PREÇOS, empresas cadastradas (art. 22 § 2º da Lei 8.666) na Comissão de Licitação da



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

Prefeitura Municipal de Aguiar, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, cujo certificado esteja em vigor e que atendam às condições deste Edital.

3.2 – Somente poderão participar da presente licitação, empresas que não estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou cumprindo pena de suspensão ou sob declaração de inidoneidade, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.3 – Não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa ou pessoa física licitante, salvo para itens diversos do objeto ou da procuração do representante indicar ausência de poderes para interferir nos preços das propostas.

4. – DA HABILITAÇÃO

Serão considerados habilitados no certame as pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem os seguintes documentos, dentro da validade:

4.1 - RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores em vigor, devidamente registrado no Órgão de Registro de Comércio competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.
- b) Em se tratando de empresa individual apresentar o requerimento empresarial.
- c) Cédula de identidade do(s) sócios e dirigente(s) para ambos os itens.

4.2 - RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, emitido no ano de 2022;
- b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Situação (CRS), expedida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- e) Prova de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado, do domicílio ou sede da licitante;



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

f) Prova de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede da licitante;

4.3 - RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica do licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da data de sua emissão ou atenda os princípios da Lei nº 11.101/05.

b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE do Exercício Social de 2020, que comprovem sua boa situação financeira, vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços Provisórios, apresentados na forma a seguir ou autenticação do SPED junto à Receita Federal do Brasil, para comprovação da boa situação financeira da licitante.

b.1. Tratando-se de Sociedade Anônima, Publicação no Diário Oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a Sede da Licitante, e em outro jornal de grande circulação, editado na localidade em que está situada a Sede da Licitante e comprovação de autenticação pelo Órgão de Registro do Comércio Competente do Estado do domicílio ou Sede da Licitante;

b.2. As demais Sociedades, caso exigível, deverão apresentar o Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE em conformidade com a Legislação Civil Vigente, extraídos do Livro Diário ou Livro de Balanço, assinados pelo representante legal da Empresa e por Contador Registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, devidamente autenticado pelo Órgão de Registro do Comércio Competente do Estado do Domicílio ou Sede da Licitante, acompanhado dos Termos de Abertura e de Encerramento também autenticados pelo referido Órgão.

c. As Empresas que ainda não encerraram o seu primeiro Exercício Social deverão apresentar, para tanto, o Balanço de Abertura obedecidos aos aspectos legais e formais de sua elaboração.

4.4 - RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OUTROS:

a) Alvará de localização e funcionamento expedido pelo Município, pessoa jurídica.

4.5 - **Certificado de Registro Cadastral da PMA** emitido até o terceiro dia anterior à data marcada para o recebimento dos envelopes, ou prova de que solicitou o cadastramento no mesmo prazo, neste caso ficando a habilitação condicionada a aprovação do cadastro, conforme art. 22, § 2º da Lei 8.666/93.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

4.6 - **Declaração**, assinada pelo representante legal da empresa, expressa onde o licitante declare inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (para pessoa física e jurídica).

4.7 – **Declaração**, assinada pelo representante legal da empresa, que cumprirá a determinação constitucional, prevista no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, (para pessoa física e jurídica).

4.8 - PESSOA FÍSICA:

- a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CPF;
- b) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa do Fisco Estadual;
- d) Certidão Negativa Municipal;
- e) Certidão de Execução Fiscal;
- f) Certidão Negativa de Protestos;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h) Cédula de Identidade e CPF.

4.9 - OUTROS DOCUMENTOS:

- a) Certificado de conclusão do curso superior por área de especificação;
- b) Certificados de participação.

4.10 – **Os documentos acima mencionados serão apresentados na sequência acima indicada, em original ou por cópia autenticada em cartório.** Em sendo fotocópias não autenticadas, apresentar originais para conferência e autenticação por um membro da Comissão, quando da abertura do envelope de habilitação, até 30 minutos da abertura do certame. **Para os documentos que não consta a data de validade será considerada dos últimos 30 dias.**

A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, contendo o seguinte endereçamento:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 00011/2022



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA DIVERSAS
SECRETARIAS
ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO
NOME DO LICITANTE:**

5 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

Deverão constar da proposta de preços os seguintes documentos, em duas vias:

5.1 – Carta proposta, preenchida conforme modelo anexo a este edital ou modelo próprio, por meio eletrônico, contendo valor unitário e valor global da proposta de preços, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricadas nas demais pelo licitante ou participante.

5.2 – O prazo de validade da Proposta de Preços, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua entrega.

5.3 - A proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope lacrado, contendo o seguinte endereçamento:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 00011/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA DIVERSAS
SECRETARIAS
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA
NOME DO LICITANTE:**

5.4 - Nos preços deverão estar inclusos todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços como: impostos, taxas, sem a inclusão, de expectativa inflacionária ou encargos financeiros;

5.5 - A Prefeitura Municipal se responsabiliza somente pelo pagamento do valor dos serviços, sem a inclusão de despesas adicionais, tais como as mencionadas no item anterior, transporte, alimentação, deslocamento, combustíveis.

5.6 - O Município não arcará com despesas indenizatórias em casos de ocorrências, como também se isentando das responsabilidades civis e penais.

6 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

6.1 – Os envelopes N° 01 e 02 Documentos e Proposta de Preços deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação na data, horário e local acima especificados, por intermédio de cada representante.

6.1.1 – Depois da hora marcada, nenhum envelope contendo documento ou proposta será recebido pela Comissão, devendo neste caso, ser o fato consignado na respectiva ata.

6.2 - Quando da entrega dos envelopes DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS, o representante legal do proponente deverá **apresentar separadamente** à Comissão, sua carteira de identidade e o comprovante do **CRENCIAMENTO** junto à Comissão:

6.2.1. **Tratando-se do representante legal:** O instrumento constitutivo da empresa na forma da Lei, contrato social, requerimento de empresário, quando for o caso, devidamente registrado no órgão competente ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - MEI, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura (administrador da empresa), acompanhado de RG e CPF dos sócios, se empresa limitada ou do titular da empresa, se individual, mais;

- CNPJ emitido no ano de 2022;
- Declaração de micro empresa (assinada pela empresa e contador) ou
- Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - MEI.

6.2.2. **Tratando-se de procurador:** a procuração por instrumento público ou particular da qual constem os necessários poderes para, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; acompanhada do correspondente instrumento de constituição da empresa, contrato social, requerimento de empresário, quando for o caso ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - MEI, que comprove os poderes do mandante para a outorga, (administrador da empresa), acompanhado de RG e CPF dos sócios, se empresa limitada ou do titular da empresa, se individual. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida em cartório competente, mais;

- CNPJ emitido no ano de 2022;
- Declaração de micro empresa (assinada pela empresa e contador) ou
- Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - MEI.

6.2.3. **Tratando-se de pessoa física:** Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CPF;



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

- Cópia da RG e CPF.

6.2.4 – A procuração, a declaração ou a cópia do Estatuto citado nos sub itens 6.2 e 6.2.1, ficará retida junto ao Processo.

6.3 – Somente os representantes legais, credenciados e identificados na forma dos sub itens 5.2, presentes na sala de reunião (local de realização da licitação), os membros da Comissão e os Técnicos eventualmente por esta convidados é que poderão pronunciar-se no curso dos trabalhos. As demais pessoas presentes poderão acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, vedada qualquer interferência.

6.4 – Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa proponente.

6.5 – Finda a fase de credenciamento e identificação dos representantes, proceder-se-á a abertura dos envelopes.

6.6 – Os envelopes contendo a documentação, que se refere à habilitação, serão abertos na presença dos interessados que procederão à conferência de validade da referida documentação e demais exigências decorrentes deste Edital. Os documentos serão rubricados pelos participantes e pelos membros da Comissão de Licitação.

6.7 – Caso a Comissão de Licitação julgue conveniente, poderá suspender a reunião para análise dos documentos de habilitação, ou proceder diligências sobre aspectos apontados pelos interessados ou considerados fundamentais pelo própria Comissão para dirimir dúvidas, principalmente quando estiver recebido documentos via correio, como também para a verificação da autenticidade dos documentos pela internet..

6.8 – Ocorrendo a hipótese prevista no sub-item anterior, os envelopes de Propostas de Preços, serão lacrados e rubricados pelos membros da Comissão e pelos participantes, ficando sob a guarda da mesma, para abertura em outra reunião, cuja data deverá ser indicada na respectiva ata de abertura ou através de comunicação publicada no jornal a nível de Estado.

6.9 – Concluído o exame da documentação de que trata os “Envelopes nº 01”, serão relacionadas as licitantes julgadas inabilitadas, às quais devolvidos os “Envelopes nº 02”, após adotadas as precauções de praxe sobre sigilo das propostas, e desde que não tenha havido recurso, ou se ocorrido, após a sua denegação;

6.10 – Em data previamente estabelecida, e desde que tenha transcorrido o prazo para interposição de recurso, ou tenha havido desistência formal de sua



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

apresentação, ou ainda, tenha ocorrido julgamento dos recursos interpostos, proceder-se-á a abertura dos Envelopes N° 2;

6.11 – Na ocorrência de adiamento dos trabalhos o reinício dar-se-á com a identificação dos representantes, de acordo com os sub itens 6.2 e 6.2.1. Na hipótese de tratar-se do mesmo representante já identificado, a este bastará exibir documento de identidade fé pública.

6.12 – Qualquer declaração, contestação ou impugnação apresentada pelas licitantes, deverá constar das respectivas atas, as quais deverão ser, obrigatoriamente, assinadas pelos membros da comissão e representantes das licitantes. Ocorrendo recusa à assinatura por qualquer licitante, tal fato deverá ser registrado na Ata.

7 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO

7.1 – No julgamento das Propostas de Preços será levada em consideração o tipo de licitação fixado no inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 45, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores qual seja, o de menor preço por item e perfil do profissional.

7.2 – Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não atenderem às especificações e às exigências contidas neste Edital bem como aquelas que apresentarem preços, unitários ou globais, excessivos ou manifestamente inexequíveis. Em caso de divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os unitários.

7.2.1 – Consideram-se manifestamente inexequíveis os preços globais cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor preço pesquisado.

7.3 - No caso de desclassificação de todas as propostas, serão convocados os participantes para, no prazo de 08 (dias) úteis, apresentarem novas ofertas, em obediência ao disposto no parágrafo único do artigo 48, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

7.4 – Será considerada vencedora(or) o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital e seus Anexos, e ofertar o MENOR PREÇO POR ITEM.

7.5 – No caso de absoluta igualdade de condições entre 02 (duas) ou mais Propostas de Preços, como critério de desempate, será realizado sorteio para a escolha do vencedor, mediante prévia convocação de todos, conforme estabelece o parágrafo 2º do artigo 45, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

7.6 – Não será levada em consideração para efeito de julgamento, a proposta que contenha vantagem não prevista no edital.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

7.7 – A Comissão Permanente de Licitação após proceder ao Julgamento da presente Licitação, submeterá o seu resultado à deliberação do Exmo. Prefeito Municipal com vistas à homologação, observadas os prazos recursais.

7.8 – Consoante reza a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a Administração caso tenha conhecimento posterior ao julgamento da licitação, sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária, através de despacho fundamentado, poderá desclassificar a licitante vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido à assinatura do “Termo de Contrato”, sem que caiba à mesma o direito à indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.9 – A decisão da Comissão, somente será considerada definitiva, após homologação e as intimações dos respectivos atos serão procedidos nos termos do § 4º do art. 109 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

7.10 – A empresa adjudicatária deverá assinar o instrumento contratual no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação feita pelo Órgão e/ou entidade ao preposto da licitante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, da faculdade de a Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 64 e seus parágrafos.

8 – DO CONTRATO

8.1 – A Prefeitura Municipal de Aguiar convocará o licitante vencedor para assinar o “Termo de Contrato”, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93;

8.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o “Termo de Contrato”, conforme estabelecido no sub-item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se penalidades a que se refere a Lei nº 8.666/93;

8.3 – É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o “Termo de Contrato” no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

8.4 – O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

seu transcurso e desde que seja apresentado motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

8.5 – Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta vencedora e seus anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório.

8.6 – Caberá à Contratante providenciar a publicação do extrato do contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

09 – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

09.1 – A Contratante se obriga a proporcionar a(o) Contratada(o) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

09.2 – Fiscalizar e acompanhar os serviços.

09.3 – Comunicar ao CONTRATADO(A) toda e qualquer ocorrência com o funcionamento, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

09.4 – O município não arcará com as despesas de alimentação, deslocação, estadia ou seja nenhuma ajuda de custo ao CONTRATADO(A), em todos os itens

10 – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA(O) CONTRATADA(O)

10.1 – Decairá do direito de impugnar os termos desta licitação, aquele que a aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que teriam viciado o processo licitatório, hipótese em qual tal interposição não terá efeito de recurso.

10.2 – A licitante será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do cumprimento do objeto desta licitação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização e acompanhamento do funcionamento dos serviços.

10.3 – A licitante deverá presar os serviços de acordo com as especificações do edital, como também do contrato, o não cumprimento ensejar na rescisão contratual.

10.4 – A licitante prestará os serviços na sede do município, com carga horária atribuída por cada Secretaria, para os itens 04, 05 e 06 no mínimo três dias por semana também na sede do município.

11 – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

Os preços propostos poderão ser reajustados dentro dos ditames legais, como também a qualquer tempo em comum acordo das partes.

12 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - A despesa decorrente com a prestação dos serviços da presente licitação correrá à conta de recursos do orçamento: **02.030** – 04.122.2004.2010 – manutenção das atividades administrativa da SEAD; **02.030** - 04.122.2004.2010 – manutenção das atividades administrativa da SEAD; **02.060** – 15.122.0004.2015 – manutenção das atividades de infraestrutura; **02.071** – 10.301.1008.2035 – gestão e manutenção da atenção básica, 15.00.1002, 16.00.0000, 10.302.2014.2039 – gestão e manutenção da alta de média complexidade, 15.00.1002, 16.00.0000; **02.080** – 12.361.1015.2052 – manutenção das atividades educação MDE, 15.00.1001; **02.090** – 08.244.0004.2078 – manutenção das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Cidadania, 15.00.1000; **02.091** – 08.244.2018.2083 – manutenção do bloco da PBF – componente: SCFV/PBF, 15.00.1001, 16.60.0000; **02.060** – 15.122.0004.2015 - manutenção das atividades de infraestrutura, 15.00.1000; **02.080** – 12.361.1015.2052 - manutenção das atividades educação MDE, 15.00.1001, 12.361.2016.2069, 15.50.0002 – manutenção das atividades educação MDE; **02.091** – 08.244.2018.2086 - manutenção e gerenciamento do bolsa família – IGDBF, 15.00.1000, 16.60.0000 – 3390.36 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física e 3390.39 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica. Os recursos financeiros para ocorrer o adimplemento serão os provenientes de dotação Orçamentária vigente.

13 – DO PAGAMENTO

13.1 – O pagamento pela prestação dos serviços será realizado na tesouraria da Prefeitura, mensal até o trigésimo dia do mês subsequente.

14 – DA RESCISÃO

14.1 – O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

14.2 – Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafo 1º a 4º, da Lei citada.

15 – DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

15.1 – Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.2 – A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

15.3 - No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta Licitação, erros ou atraso na entrega e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 3,0 % (três por cento) ao dia, calculada sobre o valor total Contratual, até o limite de trinta dias, no caso de o licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

16.2 – A sanção de advertência de que trata o sub item 16.1, letra a poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das determinações necessária à regularização das faltas ou defeitos observados com a prestação dos serviços;
- b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

16.3 – O valor das multas referidas na alínea b do sub item 16.1 poderá ser descontado de qualquer pagamento, do contrato.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

16.4 – A penalidade estabelecida na alínea d, sub item 16.1, será da competência exclusiva do Exmo. Prefeito Municipal.

17 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1 – Dos atos praticados pela Administração caberão os seguintes recursos, dentre do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, nos casos de:

- a) Habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) Julgamento das Propostas;
- c) Anulação ou revogação da licitação;
- d) Rescisão do contrato ou instrumento equivalente, a que se refere o art. 79, inciso I Lei nº 8.666/93 e alterações.
- e) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

17.2 - Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

17.3 – Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, de decisão (indicar a autoridade, conforme o caso), na hipótese do parágrafo 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

17.4 – A intimação dos atos referidos no sub item 17.1 alíneas a, b, c e d, excluídos os relativos à advertência e multa de mora, e no sub item 8.3, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas “a” e “b”, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e consignada em Ata.

17.5 – O recurso previsto nas alíneas “a” e “b” do sub item 17.3, terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

17.6 – Interposto o recurso será comunicado os demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



ESTADO DA PARÁIBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

17.7 – Os recursos deverão ser manifestados por escrito, protocolados, como também por meios usuais como correios, fac-simili, email e dirigidos ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de recurso, sob pena de responsabilidade.

17.8 – Decairá do direito de impugnar perante à administração, os termos desta licitação, aquele que aceitando-o sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – É facultado à Comissão Permanente de Licitação promover quaisquer diligências ou solicitar esclarecimentos necessários a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente na proposta;

18.2 – É vedada a sub-contratação parcial ou total para o fornecimento dos softwares, objeto desta licitação;

18.3 – A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando-se a licitante as sanções previstas nos artigos 87 e 88, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

18.4 – A presente licitação será estimada no valor de R\$ 380.963,00 (trezentos e oitenta mil, novecentos e sessenta e três reais);

18.4 - Compõem o presente Edital:

- Minuta do Contrato
- Modelo da proposta de preços
- Modelo de Declarações

18.5 – Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação serão dirigidos por escrito ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou através do fax: 0**83-3499-1180, até cinco dias antes da reunião de recebimento das propostas, o qual responderá dentro do prazo de três dias através de circular dirigida a todos licitantes.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

18.6 – Para dirimir qualquer dúvida oriunda deste Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Piancó.

Dê-se a divulgação prevista no Art. 21 da Lei nº 8.666/93.

Aguiar – PB, 04 de Fevereiro de 2022.

Adriana Aparecida de Assis
ADRIANA APARECIDA DE ASSIS
Presidente da CPL

Luciano Lopes Pereira
LUCIANO LOPES PEREIRA
Membro

Maria de Fátima M. de Caldas Alves
MÁRIA DE FATIMA M. DE CALDAS ALVES
Membro



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR

ANEXO AO EDITAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS

ITEM	PROFISSIONAL	VAGAS	CARGA HORÁRIA	LOCAL	PERÍODO	REQUISITOS MÍNIMOS
01	Assessoria Técnica	01	Carga horaria aplicada em norma legal Municipal	Secretaria de Administração	11 Meses	Serviços de Assessoria dos seguintes serviços: 01. Acerto de Vínculos dos servidores municipais junto à Secretaria da Previdência Social e Secretaria do Trabalho; 02. Individualização Previdenciária Contemporânea e extemporânea; 03. Recuperação de abono salarial dos Servidores Municipais 04. Acompanhamento dos parcelamentos: Fazendário e Previdenciário junto à RFB/PGFN; 05. Acompanhamento de Processos Fiscais do Município e seus Entes Vinculados junto à RFB e PGFN; 06. Parcelamentos da RFB, PGFN, IBAMA e INMETRO junto aos órgãos competentes; 07. Inclusão de DDA junto à RFB; 08. Individualização de FGTS de competências anterior a mudança de regime; 09. Obrigações Acessórias: RFB, CEF, SPS e ST.
02	Técnico em Manutenção	01	Carga horaria aplicada em norma legal Municipal	Diversas Secretarias	11 Meses	Possuir conhecimento e prática em manutenção de equipamentos eletrônicos em geral.
03	Eletricista	01	Carga horaria aplicada em norma legal Municipal	Secretaria de Infraestrutura	11 Meses	Serviços contínuos de manutenção da iluminação pública, com experiência comprovada.
04	Assessoria Técnica	01	Carga horária aplicada em norma legal Municipal	Diversas Secretarias	11 Meses	Serviços de manutenção em informática e periféricos em impressoras.
05	Assessoria Técnica	01	Carga horária aplicada em norma legal Municipal	Secretaria de Administração	11 Meses	Serviços de assessoramento técnico na área tecnologia da informação.
06	Motorista (ônibus)	01	Carga horaria aplicada em norma legal Municipal	Secretaria de Educação	11 Meses	Possuir CNH na categoria D

(Handwritten signature)

07	Motorista (ônibus)	01	Carga horaria aplicada em norma legal Municipal	Secretaria de Educação	11 Meses	Possuir CNH na categoria D
08	Motorista (ônibus)	01	Carga horaria aplicada em norma legal Municipal	Secretaria de Educação	11 Meses	Possuir CNH na categoria D
09	Digitador	01	Carga horária aplicada em norma legal Municipal	Bolsa Família	11 Meses	Possuir no mínimo ensino médio.
10	Apoio Administrativo	01	Carga horária aplicada em norma legal Municipal	Secretaria de Administração	11 Meses	Possuir diploma superior em qualquer área.
11	Técnico em Manutenção	01	Carga horaria aplicada em norma legal Municipal	Diversas Secretarias	11 Meses	Possuir certificado de manutenção e instalação em ar condicionado
12	Borracheiro	01	Carga horaria aplicada em norma legal Municipal	Todas as Secretarias	11 Meses	Prática na Atividade
13	Mecânico	01	Carga horaria aplicada em norma legal Municipal	Secretaria de Administração	11 Meses	Experiência comprovada em máquinas pesadas, ônibus, e tratores.
14	Operador de Máquinas	01	Carga horaria aplicada em norma legal Municipal	Secretaria de Infraestrutura	11 Meses	Prática na atividade.
15	Pedreiro	01	Carga Horaria de 40 horas	Secretaria de Infra-Estrutura	11 Meses	Prática na atividade

Adriana Aparecida de Assis
ADRIANA APARECIDA DE ASSIS
 Presidente da CPL



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 00011/2022

1- Introdução e base legal

A elaboração deste Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela Lei nº 8.666/93.

2- Do Objeto

Contratação de profissionais para as diversas Secretarias, conforme anexo ao edital.

3– Das Obrigações da(s) Contratada(s)

3.1. Responsabilizar-se por todas as despesas e providências que tornem necessário ao cumprimento do presente contrato.

3.2. Responsabilizar-se pôr todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, resultantes da execução do contrato, como também as despesas com deslocamento, refeições, combustíveis, o município pagará apenas pelos serviços prestados

3.3. Prestar os serviços de qualidade, com zelo e eficiência.

3.4. Arcar com os eventuais prejuízos á CONTRATANTE e/ou terceiros, causados pelos serviços durante a execução o contrato.

4 – Das obrigações da Contratante

4.1 efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;

4.2 notificar à Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato;

5-Validade da Proposta

5.1 A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

6-Forma de Pagamento

6.1 O pagamento será efetuado a contratada, através de empenho ordinário.

6.2. O valor correspondente será depositado em Conta Corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

7-Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

7.1 O critério para decisão da proposta vencedora será o de **menor preço por item**.

8 – Fiscalização do Contrato

8.1 A fiscalização do contrato será exercida por servidor do município, indicado pelo Prefeito.

9 – Valor Estimado

8.1 A presente licitação terá o seu estimado em R\$ 380.963,00 (trezentos e oitenta mil, novecentos e sessenta e três mil reais).

Aguiar – PB, 04 de Fevereiro de 2022

Adriana Aparecida de Assis
ADRIANA APARECIDA DE ASSIS
Presidente da CPL



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

ANEXO II

MODELO

(em papel timbrado da proponente)

DECLARAÇÃO

..... (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº
.....com sede à, por seu representante, infra-
assinado, **DECLARA**, para efeito de participação no processo licitatório na
modalidade Tomada de Preços nº 00011/2022, da Prefeitura Municipal de
Aguiar – PB, e efeitos legais, sob as penalidades cabíveis, que cumprirá a
determinação constitucional, prevista no inciso XXXIII, do artigo 7º da
Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a
menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na
condição de aprendiz, a partir de 14 anos).

Local e data

(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

ANEXO III

MODELO

(em papel timbrado da proponente)

DECLARAÇÃO

..... (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº
.....com sede à, **DECLARA**, para efeito de
participação no processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº
00011/2022, da Prefeitura Municipal de Aguiar - PB, e conforme disposto no
art. 34 §2º, da Lei Federal nº 8.666/93, até a presente data, **inexiste fatos
impeditivos**, minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar
ocorrências posteriores.

Declaro, ainda, ser conhecedor das
exigências estabelecidas para participação no referido processo licitatório, e
das sanções civis, administrativas e criminais citadas em Lei e que aceita
integralmente todas as condições e exigências contidas no presente Edital.

Local e data

(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

ANEXO IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 00011/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA AS
DIVERSAS SECRETARIAS
ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO
NOME DO LICITANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 00011/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA AS
DIVERSAS SECRETARIAS
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇO
NOME DO LICITANTE:



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

ANEXO V

NOME:	
CPF:	
ENDEREÇO:	
CIDADE/UF:	

DECLARAÇÕES

EU, _____,
Cadastrado no CPF sob o nº _____,
residente

_____, infra-assinado, **DECLARA**, para os devidos fins e efeitos legais, sob as penalidades cabíveis, que cumprirá a determinação constitucional, prevista no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).

DECLARA, para efeito de participação no processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 00011/2022, da Prefeitura Municipal de Aguiar, e conforme disposto no art. 34 §2º, da Lei Federal nº 8.666/93, até a presente data, **inexiste fatos impeditivos**, minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA, ainda, ser conhecedor das exigências estabelecidas para participação no referido processo licitatório, e das sanções civis, administrativas e criminais citadas em Lei e que aceita integralmente todas as condições e exigências contidas no presente Edital.

Aguiar – PB, ____/_____/2022.

Proponente